

Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas

Congresso Comemorativo dos 40 anos
da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

CER 2025
X CONGRESSO ESTUDOS RURAIS
XIII ENCONTRO Rural RePort

LIVRO DE ATAS

Instituto Superior de Agronomia
Lisboa, 27-28 de novembro de 2025

Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas

Congresso Comemorativo dos 40 anos da SPER – Livro de Atas

X CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
XIII ENCONTRO RURAL REPORT

Instituto Superior de Agronomia

Lisboa, 27-28 de novembro de 2025

Ficha Técnica

Tipo de livro: eBook

Título: Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas - Congresso Comemorativo dos 40 anos da SPER. Livro de Atas.

Autores: Vários

Edição: Joana Nogueira, Pedro Casinhas

Capa: https://cadernosmusgo.com/

Edição: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

Direitos reservados: Autores e SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais ©

Local e data de edição: Lisboa, julho 2026

ISBN: 978-989-36441-2-6 **DOI:** 10.5281/zenodo.22707833

Termo de responsabilidade:

A Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e os coordenadores desta obra não se responsabilizam pelos princípios, teorias, valores ou opiniões veiculados nos textos aqui apresentados, os quais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Entidades Organizadoras

Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, https://www.isa.ulisboa.pt/

Rural RePort - Rede de História Rural em Português, https://histruralpt.wordpress.com/

SPER - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, https://sper.pt/

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente:

Elisabete Figueiredo (Universidade de Aveiro)

Membros:

Alberto Baptista (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Ana Novais (Universidade de Lisboa)
Conceição Colaço (Universidade de Lisboa)
Dulce Freire (Universidade de Coimbra)
Elisabeth Kastenholz (Universidade de Aveiro)
Humberto Martins (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Inês Duarte (Universidade do Algarve)
Isabel Dinis (Instituto Politécnico de Coimbra)
Joana Nogueira (Instituto Politécnico de Viana Castelo)
José Luís Barbosa (Universidade de Coimbra)
Luís Moreno (Universidade de Lisboa)
Maria de Fátima Ferreiro (Instituto Universitário de Lisboa)
Maria José Roxo (Universidade Nova de Lisboa)
Orlando Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança)
Orlando Simões (Instituto Politécnico de Coimbra)
Paulo Carvalho (Universidade de Coimbra)
Teresa Pinto Correia (Universidade de Évora)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Novais (Universidade de Lisboa)
Conceição Colaço (Universidade de Lisboa)
Dulce Freire (Universidade de Coimbra)
Joana Nogueira (Universidade Politécnica de Viana do Castelo)
José Luís Barbosa (Universidade de Coimbra)
Leonor Salguinho (Universidade de Coimbra)
Marco Marques (Universidade de Lisboa)
Orlando Simões (Universidade Politécnica de Coimbra)
Pedro Casinhas (Universidade Nova de Lisboa)
Sara Simões (Universidade Politécnica de Viana do Castelo)

Os programas "Aldeia Segura, Pessoas Seguras": uma avaliação à preparação das comunidades para os incêndios rurais

Diogo Miguel Pinto, CEGOT, Universidade do Porto (Portugal), dspinto@letras.up.pt
Ana Gonçalves, CEG, Universidade de Lisboa (Portugal), acng@edu.ulisboa.pt
Andreia Rodrigues, CES, Universidade de Coimbra (Portugal), andreia.rodrigues@dec.uc.pt
Célia Figueiras, Município de Barcelos (Portugal), celia.figueiras@cm-barcelos.pt

Introdução

Em Portugal, os incêndios rurais adotam um carácter estrutural e recorrente, mas, apesar disso, o conhecimento e a preparação das populações para o risco são relativamente baixos (Oliveira et al., 2020). Este défice de literacia sobre o risco de incêndio contribui, de forma muito clara, para níveis elevados de vulnerabilidade, algo que se tornou particularmente evidente nos incêndios de 2017 (San-Miguel-Ayanz, 2018; CTI, 2017; CTI, 2018). Como tal, a preparação das populações para os incêndios assume cada vez mais um papel prioritário, especialmente num contexto de alterações climáticas (Colaço, 2017; OCDE, 2023) que acaba por ampliar de forma muito considerável a frequência, a severidade e o impacto dos incêndios (Doerr & Santín 2016; Bloem et al., 2022; Jones et al., 2022; Wang et al., 2022; Paveglio et al., 2015).

Apesar da criação de novos instrumentos legais e de diversas reformas institucionais logo após os incêndios do ano de 2017, a verdade é que os níveis de exposição e de vulnerabilidade das comunidades mantêm-se elevados. Ainda hoje, devido a uma série de fatores, verifica-se em Portugal uma variabilidade territorial muito significativa no que concerne a esta questão (Gonçalves et al., 2021; Khan et al., 2025; Gonçalves et al., 2025). O que acaba por justificar, em grande medida, a pertinência dos programas como os Aldeia Segura e Pessoas Seguras (ASPS), que têm como objetivo promover a autoproteção, a prevenção e a mitigação do risco na interface urbano-rural (RCM n.º 157-A/2017; ANPC, 2018).

Os trabalhos já publicados sobre o comportamento humano em situações de risco demonstram que a eficácia das estratégias de autoproteção depende muito do nível de literacia, da confiança institucional e da capacidade das populações, o que se traduz diretamente na capacidade de compreender, de interpretar e de executar as orientações emanadas pelas autoridades (McCaffrey et al., 2013). Em Portugal, há a necessidade das entidades da administração pública ligadas à proteção civil e à gestão do risco de incêndio adotarem diretrizes mais coerentes com as especificidades sociais, demográficas e territoriais (Dias et al., 2023; Rocha et al., 2023; Barreiros, 2023). Esta ideia encontra também respaldo na literatura científica internacional, que indica que as

abordagens mais estandardizadas tendem a falhar, especialmente quando confrontadas com realidades sociais e territoriais muito distintas (Johnston et al., 2022; Paton & Wright, 2008).

Na verdade, em todo o país, um esforço muito considerável, vocacionado para a implementação dos programas, foi iniciado logo em 2018 (OTI, 2020) e, como tal, o principal objetivo da presente investigação exploratória é analisar e avaliar, por meio de um estudo de caso, o estado de implementação dos Programas ASPS no concelho de Baião. Desta forma, procurou-se perceber, a nível local, se existia efetivamente a familiaridade das populações da aldeia com os programas e verificar se foi desenvolvida alguma preparação para os incêndios rurais após a implementação. A análise do estudo de caso de Almofrela contribui para aperfeiçoar a compreensão de como os ASPS podem ser adaptados, reforçando a resiliência das comunidades rurais perante uma nova geração de incêndios (Johnston et al., 2022; OCDE, 2023).

Metodologia

A metodologia que adotamos neste trabalho privilegiou uma abordagem bottom-up, ao recolher diretamente informações junto da população do aglomerado. Neste contexto, optou-se por uma recolha de dados qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas aplicadas aos residentes da aldeia de Almofrela [2]. De forma complementar, foram realizadas duas saídas de campo, a primeira em agosto e a segunda em outubro de 2023, com o objetivo de recolher registos fotográficos e perceber, in loco, a realidade da implementação dos programas.

Associamos também ao estudo uma análise dos programas ASPS, estruturada com recurso a uma matriz SWOT. Para construir esta matriz, baseamo-nos na revisão da literatura (científica e técnica) publicada até junho de 2025, incluindo as dissertações de mestrado, os artigos científicos, os relatórios técnicos e os documentos normativos relativos aos programas em análise. Esta abordagem permite identificar os principais pontos fortes e as fragilidades, bem como mapear as oportunidades e as ameaças que condicionam a eficácia dos programas. A integração de um estudo de caso com a revisão de literatura permitiu enquadrar os resultados que observámos em Baião numa perspetiva mais ampla, contribuindo para uma melhor compreensão dos desafios estruturais e das potencialidades dos ASPS a nível local e nacional.

Para identificarmos a bibliografia a utilizar nesta análise SWOT optámos por aplicar três equações de pesquisa no RCAAP[3], utilizando os termos “Aldeia Segura” e “Safe Village”

[2] A única aldeia segura do Município de Baião.
[3] Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.

nos campos de título e/ou descrição. Verificaram-se, numa primeira fase, 30 registos e, após um processo de triagem que incluiu a remoção dos registos duplicados e a avaliação da pertinência temática, identificaram-se os 15 documentos finais a examinar. A estes documentos acrescentamos ainda o relatório do Observatório Técnico Independente sobre os ASPS. No Quadro 1, apresentam-se as publicações selecionadas de modo a facilitar a identificação e a consulta dos documentos.

A opção por esta abordagem metodológica deve-se à profunda escassez de publicações e avaliações sistematizadas dos programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras. A utilização dos termos “Aldeia Segura” e “Safe Village” nos campos de título e descrição permitiu garantir a identificação de documentos especificamente centrados nos programas, por corresponderem à designação oficial adotada em Portugal. Optou-se por estes termos diretos, dado que são os únicos que asseguram a identificação inequívoca de publicações dedicadas ao tema, evitando enviesamentos ou resultados excessivamente amplos associados a expressões genéricas como “preparação”, “incêndios rurais” ou “proteção civil”. O uso da expressão em inglês também permitiu identificar publicações produzidas em Portugal, mas direcionadas ao público internacional.

A opção de utilizar exclusivamente o RCAAP justifica-se tanto pelo carácter exploratório da investigação como pelo facto de os Programas ASPS constituírem uma política pública estritamente nacional, cuja produção científica relevante se encontra maioritariamente concentrada nos repositórios das instituições portuguesas, sendo, por isso, preferível privilegiar a especificidade e o rigor da investigação, evitando a dispersão. O RCAAP reúne a maior parte das teses, dissertações, relatórios e publicações académicas produzidas nas instituições de ensino superior portuguesas, constituindo uma fonte abrangente e fidedigna para identificar a literatura nacional sobre os ASPS.

Quadro 1 Documentos identificados no RCAAP e incluídos na análise documental. Fonte: Autores, 2025

N.º	Título	Autor	Ano	Tipo de Documento
1	O contributo dos Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras" para a preparação das Populações de Carregal do Sal	Barreiros, et al.	2023	Comunicação / Resumo
2	A Implementação dos Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras": Perceções	Barreiros, et al.	2023	Comunicação / Resumo

	da População do Município de Carregal do Sal			
3	Adaptação das Políticas e dos Programas às Realidades Locais: A Implementação dos Programas "Aldeia Segura", "Pessoas Seguras" no Município de Góis	Dias, et al.	2023	Capítulo de livro
4	Implementação dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” Caso de estudo no município de Vale de Cambra	Vítor Ferreira	2023	Dissertação
5	Perigo de incêndio florestal na interface urbano-rural do Município de Vila Real: estudo comparativo 2014/ 2022 e atual complexidade no combate	Daniela Fraga	2023	Dissertação
6	Proteção de pessoas e bens em áreas de elevado risco de incêndio	João Lopes	2024	Dissertação
7	Aldeias Seguras, Pessoas Seguras – O sentimento de segurança das populações. O caso do concelho de Loulé	António Neves	2023	Dissertação
8	Autoproteção Contra Incêndios Florestais em Espaços Rurais Estudo de Caso no Concelho de Castelo Branco	José Neves	2019	Dissertação
9	Segurança das Comunidades em Incêndios Florestais –Uma Análise dos Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	OTI	2020	Relatório técnico
10	The 'Safe Village, Safe People' programs in Carregal do Sal, Portugal	Pinto & Barreiros	2024	Comunicação / Resumo
11	Avaliação da vulnerabilidade e do risco de incêndios rurais em Mondim de Basto. Proposta metodológica para a implementação dos programas “Aldeia Segura. Pessoas Seguras”	Maria Pires	2024	Dissertação
12	Capacitando as comunidades: a perspetiva local sobre os programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras e a Preparação para Incêndios Rurais em Vale Florido	Rocha, et al.	2023	Capítulo de livro

13	Contributo para a organização do sistema de proteção civil à escala municipal	Nuno Silva	2020	Dissertação
14	A segurança das populações aos incêndios rurais em Portugal: As potencialidades e fragilidades dos programas "Aldeia segura" e "Pessoas seguras"	Tedim, Pinto & Correia	2022	Artigo em Atas
15	Experiences of "Safe Village, Safe People", a program to enhance wildfire risk reduction and preparedness in Portugal: implications for policy	Tedim, et al.	2022	Resumo / Proceedings
16	Prevenção e Mitigação de Incêndios Florestais na Interface Urbano-Florestal: Análise dos Programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras	Nuno Vaqueiro	2022	Dissertação

A estratégia de pesquisa adotada privilegiou a especificidade em detrimento da exaustividade, pois, ao restringir os termos aos nomes oficiais dos programas, assegurou que apenas estudos centrados diretamente nos ASPS fossem incluídos na matriz SWOT. Esta opção metodológica implicou que dissertações ou artigos que abordassem a preparação para incêndios rurais, estudos sobre a proteção civil local ou sobre comportamentos de autoproteção, mas sem referência explícita aos ASPS nos metadados, não surgissem nos resultados do RCAAP. É igualmente fulcral referir que que alguns documentos (artigos e/ou capítulos), embora publicados e disponíveis nos catálogos institucionais das universidades, nem sempre se encontravam depositados nos repositórios que alimentam o RCAAP e, por isso, não constam no Quadro 1. Assim, alguns destes documentos podem ser citados pela sua relevância temática, nomeadamente os que abordam a preparação das populações para os incêndios ou ainda as dinâmicas sociais análogas, mas não fazem parte da amostra formal que utilizamos para a análise documental de construção da matriz SWOT.

Área de Estudo

A aldeia de Almofrela (Figura 1) está inserida num contexto muito marcado pelo despovoamento e pelo isolamento, localiza-se no município de Baião a 750 metros de altitude. Na atualidade apresenta uma população residente de sete habitantes, na sua maioria idosos, e as atividades económicas predominantes na aldeia são a agricultura e a pecuária. Como a grande maioria das aldeias de montanha de Portugal, observam-se

processos de acentuado abandono das propriedades rústicas, um dos fatores intimamente relacionado com o aumento da carga de combustível na envolvente da aldeia e, obviamente, com a intensificação do risco de incêndio.

Apesar deste cenário a aldeia de Almofrela assume-se como uma centralidade do turismo gastronómico e do turismo desportivo, intimamente associada à presença de um estabelecimento de restauração de grande renome e à integração da aldeia nos percursos pedestres e de BTT. Tal dinâmica tem promovido a presença regular de um elevado número de população flutuante, o que se traduz numa exposição ao risco de incêndio maior, pois esta população não se faz acompanhar de níveis equivalentes de conhecimento do território e de preparação para situações de emergência associadas aos incêndios. Na realidade, a coexistência de uma população residente residual e profundamente envelhecida e de elevados fluxos de visitantes introduz uma nova complexidade na gestão do risco, alargando os desafios associados à comunicação de risco, às evacuações e à autoproteção da populações.



Figura 1 Localização e configuração espacial da Aldeia de Almofrela (Baião). Fonte: Google Earth, adaptado pelos autores.

Resultados e discussão

A implementação dos programas na aldeia de Almofrela

Na primeira visita, em agosto de 2023, verificou-se que apenas um abrigo coletivo (Tasquinha do Fumo) está identificado e, do contacto direto com a população, constatou-se que a realização do simulacro é de grande importância para a perceção da comunidade sobre os programas. No entanto, os residentes relataram que não houve mais nenhuma atividade após o simulacro, em parte devido à pandemia da COVID-19. Alguns habitantes recordam-se da entrega de um kit de proteção, mas de medidas efetivas de autoproteção pouco se recordam. No entanto, sabem que o OSL é o responsável por prestar o apoio necessário e que devem reunir-se no Abrigo em caso de incêndio. A aldeia possui sinalização em vários pontos estratégicos (Figura 2), permitindo identificar facilmente as rotas de evacuação para o refúgio, e o aviso sonoro é a sineta da capela da aldeia. De facto, a investigação sobre evacuação em cenários de incêndio rural demonstra que a tomada de decisão é frequentemente tardia e condicionada pela falta de informação clara, redundante e adaptada (Oliveira, et al., 2025), reforçando a importância de planos locais bem divulgados e testados, como os previstos nestes programas.



Figura 2 Sinalética dos Programas “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” na aldeia de Almofrela. Fonte: Autores.

A maior preocupação dos residentes é a ausência de gestão de combustível em redor da aldeia, uma vez que a maioria dos proprietários não cumpre a legislação. Esta problemática é comum a uma grande parte do território nacional, estando estas propriedades em total abandono e a acumular carga combustível (biomassa) (Pinho & Louro, 2006). Do ponto de vista dos visitantes, os habitantes referem que, aos fins de semana e, sobretudo, no verão, há centenas de pessoas a frequentar este lugar. Como tal, é preciso planear um cenário extremo em que uma possível evacuação da aldeia

poderá ser colocada em risco pelo excesso de automóveis dos visitantes e pelo desconhecimento do território e das medidas de prevenção, por exemplo.

Também o isolamento e o envelhecimento da população são uma realidade preocupante nesta e na maioria das aldeias do país, pois representam um enorme desafio no que respeita à proteção e à preparação das populações. Para além das debilidades físicas e, muitas vezes, cognitivas que as pessoas mais idosas apresentam, estas têm maior dificuldade em memorizar as indicações das autoridades. Além disso, as populações rurais têm um forte vínculo com as propriedades e os animais, pelo que as tentativas de proteger o edificado e os animais deverão ser abordadas nos programas e planos de evacuação. Verificou-se, no trabalho de campo, a inexistência de pontos de água na aldeia e de rede pública de abastecimento, o que constitui um fator importante a considerar.

Das entrevistas realizadas aos habitantes, percebeu-se que todos eles sabiam que a aldeia implementou os programas, foi também possível aferir a importância da Junta de Freguesia, uma vez que os residentes enumeram que foi o primeiro contacto aquando da implementação. É relevante realçar que, na implementação, foram distribuídos panfletos informativos às populações, mas não houve contacto prévio, apenas o contacto para a realização do simulacro e da ação de sensibilização. Ainda assim, as populações destacam que os programas são muito importantes para identificar quais comportamentos adotar em caso de incêndio rural.

Os resultados observados em Almofrela convergem com outras investigações realizadas noutras regiões portuguesas, como a de Tapa e Valadares (2023), nas quais persistem desafios estruturais comuns à implementação dos ASPS. Tal como verificado em Ribeira de Pena, onde persistem a dificuldade de assegurar a continuidade institucional e a estabilidade na figura do oficial de segurança local, bem como limitações de coordenação entre os municípios, as freguesias e as forças de proteção civil. A evidência identificada por estes autores reforça ainda a escassez de recursos financeiros e logísticos disponíveis para as freguesias, a reduzida adesão das populações envelhecidas às ações de sensibilização e a necessidade de manutenção e uniformização da sinalética de emergência.

Acresce, por fim, que a grande maioria das medidas existentes no Guia de Implementação da ANPC não é vinculativa à implementação dos programas, o que acaba por se traduzir na não implementação de muitas delas. Esta debilidade é observada em todo o país, onde muito do que é recomendado no guia permanece por ser implementado (Vaqueiro, 2021). Todos estes elementos conferem consistência aos

resultados do presente estudo e sublinham a importância de uma abordagem mais integrada, sustentada e adaptada às especificidades de cada aldeia, garantindo maior eficácia na implementação dos programas ASPS.

Análise estratégica dos programas "Aldeia Segura, Pessoas Seguras" (matriz SWOT)

A análise SWOT foi privilegiada, pois permite organizar e sintetizar, de forma sistemática, os principais contributos existentes na literatura e evidenciar também as limitações e os desafios dos programas (Figura 3), oferecendo assim uma visão estratégica que complementa, em grande medida, o estudo de caso de Almofrela. No que respeita às forças, a literatura destaca o envolvimento das autarquias e das freguesias, bem como a criação de locais de abrigo e refúgio e a conceção de planos de evacuação para cada aldeia. Também são realçados o reforço da relação de proximidade com a proteção civil local e a simplicidade e o baixo custo de implementação dos programas, fatores que acabam por facilitar a sua adoção em territórios de baixa densidade (TBD). A grande capilaridade territorial dos programas, que chegam às aldeias mais remotas e reforçam a presença do Estado junto do cidadão, constitui igualmente um aspeto muito positivo. A este conjunto acresce ainda o elevado potencial educativo dos ASPS, ao promoverem uma cultura para o risco a nível local, contribuindo para a capacitação das populações rurais face ao risco de incêndio. Estes resultados são coerentes com a evidência científica recente sobre a proteção das populações nas aldeias em Portugal (Gonçalves, et al., 2025; Rocha, 2023).

Relativamente às fraquezas, destacam-se a implementação desigual e assimétrica dos programas no território nacional e a dificuldade em angariar pessoas para desempenhar a função de oficial de segurança local. Verificam-se ainda limitações relacionadas com a escassez de financiamento e com a ausência de formação contínua dirigida às comunidades. A fraca monitorização e a inexistência de avaliação sistemática dos resultados da implementação constituem igualmente constrangimentos muito significativos, num processo que deveria ser de melhoria e avaliação contínua. A comunicação institucional revela-se, por vezes, pouco adaptada aos diferentes públicos-alvo, nomeadamente aos novos perfis sociais como os imigrantes, os turistas e os idosos, o que limita, de forma muito marcante, a eficácia das ações de sensibilização. As fragilidades identificadas recorrem à evidência empírica disponível sobre a implementação dos programas ASPS (Vaqueiro, 2022; Tapa & Valadares, 2023).

No plano das oportunidades, destaca-se o potencial de integração dos programas ASPS com iniciativas complementares, como o BUPi e os Condomínios de Aldeia, bem como

para a articulação com tecnologias de alerta antecipado. Destaca-se também a pertinência de estabelecer critérios de elegibilidade para as aldeias abrangidas e de integrar, no planeamento das ações, dados sobre a sazonalidade turística e as novas dinâmicas sociais, como a imigração. No quadro dos instrumentos de financiamento disponíveis, como o PRR, deveria ter sido aproveitado para apoiar processos de digitalização, de capacitação e de criação de estruturas de abrigo, enquanto o PEPAC poderá apoiar práticas que contribuem para reduzir o risco, como o pastoreio extensivo, os mosaicos agrícolas e a gestão ativa da paisagem (GPP, 2022), e ainda a adaptação dos programas a outros tipos de risco, como as cheias por exemplo. Acresce que a promoção de parcerias com IPSS, escuteiros e outras associações locais pode reforçar a mobilização das comunidades junto dos programas. De forma transversal, estas oportunidades encontram também suporte na literatura mais recente sobre a governança local do risco e a preparação das comunidades rurais (Dias, et al., 2023; Barreiros, 2023)

No que respeita às ameaças, destacam-se o agravamento do risco climático e o aumento da probabilidade de incêndios de grande dimensão e elevada intensidade. A falta de coordenação vertical entre os vários níveis de decisão e o risco de descontinuidade política podem comprometer de forma muito significativa a consistência e a credibilidade dos programas junto das populações. Paralelamente, o despovoamento e o envelhecimento das áreas rurais também constituem desafios estruturais à operacionalização das medidas previstas, limitando a disponibilidade de recursos humanos locais. A intensificação da pressão turística em determinadas localidades, associada ao reduzido envolvimento das gerações mais novas, é também um constrangimento a ter em conta para o futuro. Por fim, a fragmentação dos instrumentos legais e a ausência de um quadro normativo consolidado para a implementação dos programas também configuram grandes fatores de ameaça. Este conjunto de constrangimentos alinha-se com os trabalhos já publicados (CTI, 2021; Pinto & Rodrigues, 2025).

De forma sintética, a análise estratégica evidencia que, apesar do reconhecimento generalizado do potencial dos programas ASPS, subsiste a necessidade de uma reformulação orientada à sua consolidação, à monitorização e à adaptação às transformações sociais, demográficas e climáticas em curso. A sustentabilidade futura dos programas dependerá da sua capacidade de incorporar abordagens mais flexíveis, inovadoras e sensíveis ao território, bem como de promover o envolvimento ativo e contínuo das comunidades locais.



Figura 3. Síntese da Matriz SWOT dos programas "Aldeia Segura, Pessoas Seguras" (ASPS). Fonte: Autores.

Breves Recomendações

Atendendo aos resultados obtidos propomos, de seguida, um conjunto de recomendações, de âmbito local e nacional, para aperfeiçoar a efetividade da implementação dos programas. Os resultados comprovam que a ausência de uma gestão adequada da carga de combustível constitui a principal preocupação das populações, o que sublinha a necessidade de reforçar os mecanismos de sensibilização e de incentivo ao cumprimento da legislação. Neste contexto, a promoção de ações de sensibilização nas aldeias, o aumento do apoio técnico e o reforço das verbas destinadas aos proprietários com menores capacidades económicas surgem como as medidas mais prioritárias. Ao mesmo tempo, a melhoria das infraestruturas de apoio à resposta, nomeadamente através da criação de uma rede de pontos de água, bocas de incêndios e também a disponibilização de informação multilingue, poderá contribuir para uma maior eficácia operacional em situações de emergência.

Por outro lado, numa comunidade com uma forte tradição na criação de gado ovino e bovino, a integração da salvaguarda dos animais nos planos de evacuação assume particular relevância. A definição de áreas seguras ou de soluções temporárias de abrigo para o gado, bem como a disponibilização dos planos de evacuação a todos os residentes, acompanhados de informação gráfica clara e acessível, constitui um elemento central para reforçar a adesão comunitária e a operacionalidade das medidas (Simões, 2022). É igualmente essencial referenciar a promoção da reabilitação do edificado, por meio da utilização de materiais mais resistentes ao fogo e da criação de

zonas de proteção em torno das infraestruturas, o que poderá reduzir significativamente a vulnerabilidade estrutural (Chas-Amil, et al., 2022; Veloso, et al., 2025). Por exemplo, no complexo de incêndio de Pedrogão Grande, uma proporção significativa do edificado afetado correspondia a edifícios antigos (Ribeiro, 2020).

A crescente presença de visitantes, turistas e praticantes de atividades desportivas em territórios rurais reforça a necessidade de incorporar estes públicos nas estratégias de comunicação e de preparação para os riscos. Em Almofrela, a componente do turismo é muito importante, assim como a componente desportiva, razão pela qual a disponibilização de informação em várias línguas é fundamental. Ademais, é relevante referir que há sinalética na aldeia para identificar os trilhos de BTT, o que pode levar pessoas não familiarizadas ou estrangeiras a confundir a imensa variedade de sinalética. De facto, é imperativo que sejam relançados os programas de forma a promover um maior número de atividades (ações de formação, sensibilização, exercícios e simulacros) e de forma mais regular. A continuidade e regularidade destas ações irão garantir a existência de uma população mais bem informada e preparada para os incêndios. Também devem ser definidas estratégias de comunicação adaptadas às características de cada aglomerado, ajustando a comunicação à faixa etária e ao estado de saúde (mental e físico) dos residentes. A aposta na formação dos agentes turísticos para que possam informar adequadamente os hóspedes/clientes sobre os programas e as medidas de segurança a adotar também é essencial. O reforço e a periodicidade da formação dos OSL, a fim de garantir uma liderança local mais eficaz em situações de crise, são pilares basilares a ter em conta.

A análise SWOT também evidencia um conjunto de necessidades estratégicas que devem orientar o desenvolvimento futuro dos programas. Destaca-se, por exemplo, a importância de reforçar a capacitação institucional dos municípios e dos oficiais de segurança local, bem como a necessidade de garantir os recursos, a formação contínua e os mecanismos de monitorização e avaliação. A integração dos ASPS com outros instrumentos e programas complementares, como o BUPi, os Condomínios de Aldeia, as políticas de gestão ativa da paisagem e as tecnologias de alerta antecipado, poderá potenciar sinergias e aumentar a eficácia operacional das intervenções. Importa igualmente incorporar, no planeamento, variáveis associadas ao envelhecimento demográfico, à sazonalidade turística e às novas dinâmicas sociais, ajustando as estratégias de comunicação, evacuação e envolvimento comunitário aos perfis populacionais diferenciados.

O reforço da coordenação vertical e horizontal entre os diferentes níveis de decisão, emerge como uma condição essencial para assegurar a continuidade política e técnica

dos programas, bem como para ultrapassar os constrangimentos estruturais associados à fragmentação institucional e à ausência de mecanismos de avaliação consistentes (Berchtold, et al., 2025; Aguilar & Montiel, 2011). A definição de critérios objetivos e transparentes, baseados no risco, para a priorização e expansão dos ASPS revela-se igualmente fundamental, sobretudo num contexto em que apenas uma reduzida proporção das povoações mais expostas beneficia de medidas de proteção estruturadas (Benali, et al., 2023; Gonçalves et al., 2025). Tais resultados reforçam a necessidade de definir critérios objetivos, transparentes e efetivamente baseados no grau de vulnerabilidade, de modo a orientar a expansão e a priorização das implementações dos programas ASPS.

Em síntese, as recomendações que apresentamos indicam a necessidade de uma abordagem integrada, colaborativa e, evidentemente, mais sensível ao território, e capaz de responder ao aumento do risco climático, ao despovoamento, à pressão turística e às várias transformações sociais em curso na atualidade. A implementação das mesmas deve ser realizada de forma colaborativa e participada, pois já há evidência científica de que a prevenção eficaz do risco de incêndio exige a articulação entre as políticas nacionais e as diversas iniciativas a nível local. Tal é destacado por Ascoli, et al. (2023), que demonstram nitidamente o potencial das soluções “fire-smart” quando existe uma boa coordenação entre as abordagens top-down e as próprias dinâmicas da comunidade.

E, apesar da pertinência dos resultados, o presente estudo apresenta algumas limitações intrínsecas à sua natureza exploratória, especialmente a análise de um único estudo de caso e o número reduzido de entrevistas, o que limita a generalização dos resultados. E, embora seja uma análise adequada para compreender com mais profundidade a dinâmica local, acaba naturalmente limitada a generalização dos resultados a nível nacional. A isto acresce a escassez e a fragmentação da literatura existente sobre os programas ASPS, o que limita a abrangência da análise documental. As investigações futuras devem integrar metodologias quantitativas e comparativas, capazes de avaliar o impacto dos ASPS na redução da vulnerabilidade e de explorar sua articulação com os demais instrumentos de política pública, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de preparação das populações e de governação do risco de incêndio.

Conclusões

Em suma, o presente estudo evidencia que a eficácia dos programas ASPS depende, analiticamente, da qualidade da sua implementação, bem como da continuidade das

ações de sensibilização, de formação e da realização de exercícios práticos. Todos estes fatores constituem condições fundamentais para a efetiva preparação das comunidades locais. Os resultados também evidenciam o potencial dos programas como importantes ferramentas para a preparação das populações rurais e para a redução do risco à escala local. As recomendações apresentadas neste trabalho sublinham de forma evidente a necessidade de uma abordagem mais integrada e adaptada ao contexto territorial, que incorpore não só os residentes, mas também os visitantes e os turistas. De facto, na atualidade, o espaço rural apresenta uma tendência crescente de fluxos e a presença significativa de populações externas às comunidades introduz, evidentemente, novos desafios à comunicação do risco e à operacionalização das medidas de autoproteção. Este cenário impõe a adoção de novas estratégias (mais claras, mais direcionadas e multilíngues), bem como a articulação entre as autoridades locais, os residentes e os agentes do setor turístico.

Por outro lado, a análise da literatura existente e a sua sistematização permitiram concluir que os programas ASPS constituem uma medida inovadora e de baixo custo, particularmente adequados para os territórios de baixa densidade. No entanto, é deveras importante referir que a sua eficácia, a médio e a longo prazo, depende, em grande medida, de um reforço substancial do financiamento e da criação de mecanismos de monitorização e de avaliação. É também evidente a capacidade de adaptação destes programas aos novos perfis de risco, intimamente associados às alterações climáticas, bem como às transformações demográficas e às dinâmicas sociais emergentes em Portugal. Assim, a aposta contínua na capacitação das populações das aldeias e a consolidação do papel das estruturas locais de proteção civil constituem fatores basilares para o sucesso destes programas, pois esta consolidação contribuirá de forma muito significativa para o reforço da resiliência das comunidades rurais.

Agradecimentos: os autores agradecem aos colegas André Samora-Arvela, João Pedro Barreiros e Cláudia Magalhães as reflexões críticas e os contributos que tornaram possível a melhoria desta investigação.

Referências bibliográficas

Aguilar, S., & Montiel, C. (2011). The challenge of applying governance modes to wildfire risk management in the Mediterranean. Journal of Forestry Research, 22(3), 469–475. https://doi.org/10.1007/s11676-011-0168-6

Ascoli, D., Plana, E., Oggioni, S. D., Tomao, A., Colonico, M., Corona, P., Giannino, F., Moreno, M., Xanthopoulos, G., Kaoukis, K., Athanasiou, M., Colaço, M. C., Rego, F.,

Sequeira, A. C., Acácio, V., Serra, M., & Barbati, A. (2023). Fire-smart solutions for sustainable wildfire risk prevention: Bottom-up initiatives meet top-down policies under the EU Green Deal. International Journal of Disaster Risk Reduction, 92, 103715. https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2023.103715

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). (2018). Guia de apoio à implementação dos programas "Aldeia Segura, Pessoas Seguras". Autoridade Nacional de Proteção Civil. http://aldeiasseguras.pt/wp-content/uploads/2020/05/Guia-de-Apoio-a-Implementacao.pdf

Barreiros, J. P. M. F. (2023). Preparação da população para incêndios rurais no município de Carregal do Sal [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/156036

Benali, A., Aparício, B. A., Gonçalves, A., & Oliveira, S. (2023). Defining priorities for wildfire mitigation actions at the local scale: Insights from a novel risk analysis method applied in Portugal. Frontiers in Forests and Global Change, 6, 1270210. https://doi.org/10.3389/ffgc.2023.1270210

Berchtold, C., Petersen, K., Kaskara, M., Pettinari, M. L., Vinders, J., Schlierkamp, J., Kalapodis, N., Sakkas, G., Brunet, P., Soldatos, J., Lazarou, A., Casciano, D., Chandramouli, K., Deubelli, T., Scolobig, A., Silva, H., Plana, E., & Garofalo, M. (2025). Towards wildfire risk reduction goals and targets for Europe: Opportunities and challenges. Climate Risk Management, 48, 100744. https://doi.org/10.1016/j.crm.2025.100744

Bloem, S., Cullen, A. C., Mearns, L. O., & Abatzoglou, J. T. (2022). The role of international resource sharing arrangements in managing fire in the face of climate change. Fire, 5(4), 88. https://doi.org/10.3390/fire5040088

Chas-Amil, M. L., Touza, J., & García-Martínez, E. (2013). Forest fires in the wildland–urban interface: A spatial analysis of forest fragmentation and human impacts. Applied Geography, 43, 127–137. https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.06.010

Colaço, M. C. (2017). Bases para uma educação ambiental orientada para a diminuição do risco e o aumento da resiliência das comunidades aos incêndios florestais em Portugal [Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela]. Repositório Aberto da Universidade de Santiago de Compostela. http://hdl.handle.net/10347/15623

Comissão Técnica Independente. (2017). Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que decorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017. Assembleia da República Portuguesa. https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/Relat%C3%B3rioCTI_VF.pdf

Comissão Técnica Independente. (2018). Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal continental. Assembleia da República Portuguesa. https://www.parlamento.pt/Documents/2018/Marco/RelatorioCTI190318N.pdf

Dias, M., Pinto, D. M., Samora-Arvela, A., & Barreiros, J. P. (2023). Adaptando políticas e programas de preparação das pessoas às realidades locais: A implementação dos programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras no município de Góis. In The overarching issues of the European area – Moving towards efficient societies and sustainable ecosystems (pp. 347–363). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. https://doi.org/10.21747/978-989-9082-88-5/ovea25

Doerr, S. H., & Santín, C. (2016). Global trends in wildfire and its impacts: Perceptions versus realities in a changing world. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, 371(1696). https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0345

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. (2022). Guia do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2023–2027. Ministério da Agricultura e da Alimentação. https://www.gpp.pt/images/PEPAC/GuiasPEPAC/Guia_PEPAC_090922_Total_v12.pdf

Gonçalves, A. C., Oliveira, S., Sá, A., Benali, A., Zêzere, J. L., & Pereira, J. M. (2021). Avaliação da exposição das comunidades locais a incêndios rurais: O caso de Alvares, Góis. Finisterra, 56(117), 29–53. https://doi.org/10.18055/Finis19277

Gonçalves, A., Oliveira, S., Sá, A., Benali, A., Zêzere, J. L., & Pereira, J. M. C. (2025). Assessing the implementation of wildfire mitigation initiatives for the protection of villages in Portugal. Trees, Forests and People, 21, 100935. https://doi.org/10.1016/j.tfp.2025.100935

Jones, M. W., Abatzoglou, J. T., Veraverbeke, S., Andela, N., Lasslop, G., Forkel, M., Smith, A. J. P., Burton, C., Betts, R. A., van der Werf, G. R., Sitch, S., Canadell, J. G., Santín, C., Kolden, C., Doerr, S. H., & Le Quéré, C. (2022). Global and regional trends and drivers of fire under climate change. Reviews of Geophysics, 60(3). https://doi.org/10.1029/2020RG000726

Johnston, K. A., Taylor, M., & Ryan, B. (2022). Engaging communities to prepare for natural hazards: A conceptual model. Natural Hazards, 112, 2831–2851. https://doi.org/10.1007/s11069-022-05290-2

Khan, S. I., Colaço, M. C., Sequeira, A. C., et al. (2025). Validating a landscape metric to map fire exposure to hazardous fuels in Portugal. Natural Hazards, 121, 16273–16295. https://doi.org/10.1007/s11069-025-07424-8

McCaffrey, S. (2015). Community wildfire preparedness: A global state-of-the-knowledge summary of social science research. Current Forestry Reports, 1, 81–90. https://doi.org/10.1007/s40725-015-0015-7

Oliveira, F. P., Mello, B., & Rodrigues, A. (2025). Evacuation plans and recommendations. In A. Santiago & L. Laím (Eds.), Evacuarfloresta Project – Evacuation decisions and plans in wildfire scenarios (pp. 171–213). RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. https://doi.org/10.34037/978-989-9053-29-8_07_08

Oliveira, R., Oliveira, S., Zêzere, J., & Viegas, D. (2020). Uncovering the perception regarding wildfires of residents with different characteristics. International Journal of Disaster Risk Reduction, 43, 101370. https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2019.101370

OECD. (2023). Taming wildfires in the context of climate change. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/dd00c367-en

Observatório Técnico Independente. (2020). Segurança das Comunidades em Incêndios Florestais – Uma análise dos programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras" (Estudo técnico). Assembleia da República. https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/oti/Estudotecnico-aldeia-segura-dezembro2020.pdf

Paveglio, T. B., Brenkert-Smith, H., Hall, T., & Smith, A. M. S. (2015). Understanding social impact from wildfires: Advancing methods for assessment. International Journal of Wildland Fire, 24(2), 212–224. https://doi.org/10.1071/WF14091

Paton, D., & Wright, L. (2008). Preparing for bushfires: The public education challenges facing fire agencies. In J. Handmer & K. Haynes (Eds.), Community bushfire safety (pp. 117–126). CSIRO Publishing.

Pinho, J. R., Louro, G., & Paulo, S. (2006). Recuperação das áreas ardidas em Portugal e a gestão do fogo: A experiência da equipa de reflorestação (2004–2005). In J. S. Pereira, J. M. C. Pereira, F. C. Rego, & T. Silva (Eds.), Incêndios florestais em Portugal: Caracterização, impactes e prevenção (pp. 467–494). ISA Press.

Pinto, D. M., & Rodrigues, A. (2025). Aldeia segura, pessoas seguras: Um diagnóstico estratégico para uma preparação das comunidades adequada [Poster apresentado em conferência internacional]. V Simpósio Ibero-Afro-Americano de Riscos, Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Ciências e Tecnologia. https://hdl.handle.net/10216/171809

Ribeiro, L. M., Rodrigues, A., Lucas, D., & Viegas, D. X. (2020). The impact on structures of the Pedrógão Grande fire complex in June 2017 (Portugal). Fire, 3(4), 57. https://doi.org/10.3390/fire3040057

Rocha, A., Pinto, D. M., Samora-Arvela, A., & Barreiros, J. P. (2023). Capacitando as comunidades: A perspetiva local sobre os programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras e a preparação para incêndios rurais em Vale Florido. In The overarching issues of the European area – Moving towards efficient societies and sustainable ecosystems (pp. 333–346). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. https://doi.org/10.21747/978-989-9082-88-5/ovea24

Rodrigues, A., Santiago, A., Laím, L., Viegas, D. X., & Zêzere, J. L. (2022). Rural fires—Causes of human losses in the 2017 fires in Portugal. Applied Sciences, 12, 12561. https://doi.org/10.3390/app122412561

San-Miguel-Ayanz, J., Oom, D., Artes, T., Viegas, D. X., Fernandes, P., Faivre, N., Freire, S., Moore, P., Rego, F., & Castellnou, M. (2020). Forest fires in Portugal in 2017. In A. Casajus Valles, M. Marin Ferrer, K. Poljanšek, & I. Clark (Eds.), Science for disaster risk management 2020: Acting today, protecting tomorrow. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2760/571085

Simões, A. (2022). Metodologia para elaboração de plano especial de evacuação de emergência em zona turística de montanha [Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona do Porto]. Repositório Científico da Universidade Lusófona. http://hdl.handle.net/10437/13242

Tapa, S., & Valadares, A. (2023). Os desafios da implementação dos programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras no concelho de Ribeira de Pena. In The overarching issues of the European area – Moving towards efficient societies and sustainable ecosystems (pp. 318–332). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. https://doi.org/10.21747/978-989-9082-88-5/ovea23

Vaqueiro, N. M. F. (2022). Prevenção e mitigação de incêndios florestais na interface urbano-florestal: Análise dos programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/104092

Veloso, F., Souza-Alonso, P., & Saiz, G. (2025). Improving wildfire resilience in the Mediterranean central-south regions of Chile. Fire, 8(6), 212. https://doi.org/10.3390/fire8060212